ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 18h30, os integrantes do Conselho Municipal de Habitação (CMH) reuniram-se virtualmente pela plataforma Google Meet, em reunião ordinária, para a discussão dos seguintes pontos de pauta: 1) Aprovação da Ata da Reunião de 16/04/2026; 2) Discussão e votação do Relatório de Gestão 2025 / FMHP e do Relatório Prestação de Contas 2025/ FMHP - PPAG 2022-2025; 3) Assuntos Gerais de Interesse do Conselho. Verificado o quórum necessário para a instauração da reunião, o presidente do CMH, José Adeilson Colares, deu boas-vindas aos presentes e passou ao primeiro ponto da pauta, “Aprovação da Ata da Reunião de 16/04/2026”, que foi aprovada por todos sem ressalvas. O Presidente então passou ao segundo ponto da pauta, “Discussão e votação do Relatório de Gestão 2025 / FMHP e do Relatório Prestação de Contas 2025/ FMHP - PPAG 2022-2025”, passando a palavra para a Chefe da Divisão de Planejamento da Urbel – DVPL-UB, Karla Maria Vilas Marques, que cumprimentou a todos e explicou que os documentos da prestação de contas devem ser aprovados pelo CMH anualmente e, em seguida, enviados ao Governo Federal. Segundo ela, o Relatório de Gestão precisa ser assinado pelos conselheiros em formulário específico, o que deverá ocorrer na próxima reunião, presencial, caso aprovado nesta reunião. Em seguida, Karla Marques iniciou a apresentação informando que foram enviados aos conselheiros e convidados dois relatórios, além da apresentação: o Relatório de Gestão 2025 / FMHP, que é um relatório demandado anualmente pelo Governo Federal em atendimento às obrigações assumidas pelo Município de Belo Horizonte por ocasião da assinatura do Termo de Adesão ao SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (2007). Possui, em linhas gerais: balanço geral da Política Habitacional, resultados de 2025 e destinação de recursos do FMHP. Necessita de aprovação do Conselho e assinatura dos conselheiros em formulário específico. E o segundo relatório enviado é o Relatório de Prestação de Contas 2025 / FMHP, que é um relatório anual no qual são identificados e descritos os Programas/Ações/Subações do PPAG, com respectivas metas e valores alcançados, público beneficiado e avanços dos programas no ano de 2025. Sobre os programas/Ações/Subações do PPAG que

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

norteiam a programação orçamentária e os respectivos relatórios, Karla apresentou o seguinte: Programa 62 - Gestão do Sistema Viário Municipal, no qual se insere a Ação 1330 - Obras Estruturantes do Sistema Viário; Programa 66 - Saneamento e Tratamento de Fundos de Vale, no qual se inserem a Ação 1203 - Drenagem e Tratamento de Fundos de Vale e a Ação 1400 - Gestão do risco de inundações e Drenagem Urbana; Programa 225 - Intervenção em Assentamentos de Interesse Social, no qual se insere a Ação 1231 - Urbanização e Regularização em Assentamentos de Interesse Social e a Ação 1397 - Assistência e Assessoria Técnica; Programa 226 - Provisão Habitacional, no qual se insere a Ação 1207 - Produção e Aquisição Habitacional, a Ação 1397 - Assistência e Assessoria Técnica e a Ação 2792 - Bolsa Moradia / Locação Social; e o Programa 227 - Orçamento Participativo, no qual se insere a Ação 1403 - Empreendimentos do Orçamento Participativo. No que tange aos resultados alcançados em 2025 referentes ao Programa 226 - Provisão Habitacional, informou-se a contratação de 2.386 Unidades Habitacionais (UH's) contratadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), considerando o acumulado em 2024 e 2025. Karla detalhou que, especificamente em 2025, foram contratados os Residenciais Djalma Cassimiro (188 UH), Comendador Wigg (184 UH) e Conceição Augusten (200 UH), tendo sido as demais contratadas em 2024. Além disso, destacou a conclusão de 72 UH's em fevereiro de 2025 no Vila Viva Taquaril (Residencial Olaria), destinadas ao OPH (38 unidades), Programa Vila Viva (32 unidades) e Risco (2 unidades). Ainda no Programa 226, relatou que 2.132 famílias foram beneficiadas pelos programas de Bolsa Moradia e Locação Social no mês de maior atendimento, com a seguinte subdivisão: 157 famílias (Locação Social - OPH); 81 (Pop Rua); 49 (Morada Segura); 466 (Bolsa Moradia - Diversos); 670 (BM-Risco); 483 (BM-Obras); 220 (BM-SMASDH) e 6 famílias atendidas pelo Programa Realocação Auxílio Comércio (PRAC). No Programa 227 - Orçamento Participativo, Karla informou a conclusão de 5 empreendimentos: Empreendimento 18 (Vila Bandeirantes/Conjunto Santa Maria); 21 (Conjunto Mariano de Abreu); 76 (Vila Santa Sofia); 84 (Vila Ventosa); e 36 (Vila Vista do Sol). No que se refere ao Programa 225 - Intervenção em Assentamentos de Interesse Social, destacou-se a regularização fundiária de 2.414 domicílios no Novo Aarão Reis e a regularização edilícia de 552 UH's nos Conjuntos Jaspe, Turquesa, Ametrina, Ágata I e II, Gonçalo Laço, Diamante I e II, Topázio I e II, Ametista I e II, Âmbar (Pedreira Prado Lopes), Paineira (Vila São Tomaz),

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

Primavera (Santa Mônica), Residencial Santa Rosa I e II (São Francisco), Dom Silvério e Jorge Dário. Quanto aos Planos Urbanísticos, informou-se a conclusão do Estudo Urbanístico Simplificado (EUS) do Chácaras Joaquim Clemente. Estão com planos em andamento: Planos dos Quilombos Mangueiras, Manzo e Luíses, Ocupações da Izidora (Esperança e Vitória) e Ocupações do Vale do Jatobá (7 áreas), estes que estão sendo elaborados e coordenados pela Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), com acompanhamento da Urbel. Foram listados diversos assentamentos com planos previstos, incluindo Ocupação Terra Nossa, Castelo de Manacás, Nova Paraíso, entre outros, além dos outros três quilombos de BH. Nas ações de risco, foram concluídas 49 obras do PEAR e encostas e 89 intervenções de manutenção (sendo 74 em vilas e 15 em conjuntos). Foram diretamente beneficiadas 206 famílias com ações do Programa Estrutural em Áreas de Risco/PEAR, além disso, foram atendidas 2.092 famílias por Assistência e Assessoria Técnica (AAT) ligadas ao PEAR e realizadas 1.197 vistorias. No que tange às ações sociais, foram 118.907 participantes beneficiados com ações sociais, sendo: 69.736 participantes em ações sociais do Programa Intervenção em Assentamentos de Interesse Social; 31.294 participantes em ações sociais do Programa Provisão Habitacional (Regularização UH/Conjuntos/Locação Social); 16.315 participantes em ações sociais do Programa Saneamento e Tratamento de Fundos de Vale; 1.562 participantes em ações sociais do Programa Gestão do Sistema Viário Municipal. Sobre o Desempenho Financeiro de 2025, Karla informou que foi previsto o total de R$ 223.505.678,00 (duzentos e vinte e três milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e setenta e oito reais), sendo liquidados R$ 115.927.502,01 (cento e quinze milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e dois reais e um centavo), representando 51,87%. Explicou que o percentual global liquidado de 51,9% passa a ser 44,1% frente à previsão orçamentária final, o que ocorre quando se considera os valores dos créditos suplementares, que são remanejados de um exercício orçamentário para o seguinte quando necessário. Ela destacou que as diferenças entre o valor orçado e o valor executado se deve, principalmente, ao fato de o recurso público não estar no caixa da prefeitura quando é feito o orçamento, ele é apenas uma expectativa de arrecadação ou repasse e esta expectativa nem sempre se confirma. Isto é mais visível, segundo ela, em relação aos recursos VINCULADOS, pois estes recursos não são originários do Município, mas são externos e muitas vezes a transferência destes recursos pode

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

não ser concluída por diversas razões de ordem orçamentária, técnica ou fática. Karla detalhou os valores por programa. Programa 062; valor orçado R$ 1.818.456,00 (um milhão, oitocentos e dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), valor executado R$ 711.432,93 (setecentos e onze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e noventa e três centavos), representando 39,12%: Programa 066; valor orçado R$ 16.456.425,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), valor executado R$ 17.461.203,94 (dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, duzentos e três reais e noventa e quatro centavos), representando 106,11%, devido a indenizações nos PAC's 3 Bacias, Pampulha e Onça e pagamento de Bolsa Moradia: Programa 225; valor orçado R$ 157.691.978,00 (cento e vinte e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e oito reais), valor executado R$ 69.784.721,47 (sessenta e nove milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e sete centavos), representando 44,25%: Programa 226; na Ação 1207 (Produção e Aquisição Habitacional) foi previsto R$ 15.091.620,00 (quinze milhões, noventa e um mil, seiscentos e vinte reais) e liquidado R$ 9.751.675,53 (nove milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), representando 64,62%, especialmente gastos em repasses ao Fundo de Arrendamento Residencial e com a revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), já na Ação 2792 (Bolsa Moradia), ainda dentro do Programa 226, foram previstos R$ 17.291.600,00 (dezessete milhões, duzentos e noventa e um mil e seiscentos reais) e liquidados R$ 12.801.551,05 (doze milhões, oitocentos e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e cinco centavos), representando 74%, gastos com pagamento de benefícios às famílias beneficiárias do Programas Locação Social e Bolsa Moradia: e finalmente Programa 227; valor orçado R$ 14.020.194,00 (quatorze milhões, vinte mil, cento e noventa e quatro reais), valor executado R$ 5.416.917,09 (cinco milhões, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e dezessete reais e nove centavos), representando 38,64%. A apresentadora explicou que a fonte ROT se refere a recursos que são da própria PBH, enquanto a fonte VINCULADOS se refere a recursos de outras fontes que são transferidos ao Município por meio de acordos diversos e destacou a diferença entre as fontes de receita, sendo normalmente maior o percentual de valores liquidados dentro da fonte ROT que na fonte VINCULADOS. Em relação aos recursos oriundos da Outorga Onerosa do Direito de Construir, Karla informou que

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

em 2025 foram liquidados R$ 7.519.735,40 (sete milhões, quinhentos e dezenove mil, setecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos), sendo o valor utilizado em projetos da Via 710 e de diversos assentamentos, obras diversas, inclusive de eliminação de riscos, obras e trabalho social do Izidora, contratação da Reurb da Vila Nossa Senhora de Fátima e Marçola, Plano Local de Habitação de Interesse Social, aporte ao MCMV, obras e indenizações nas Vilas Ponta Porã e Bandeirantes. Além disso, ela destacou que o saldo da outorga em dezembro/2025 foi de R$ 41.451.503,51 (quarenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e três reais e cinquenta e um centavos), sendo que a outorga geral da cidade, em que 100% do valor arrecadado é destinado ao FMHP, fechou com o saldo de R$ 37.456.464,85 (trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) e a outorga Centralidades, em que 25% dos valores arrecadados são destinados ao FMHP, fechou o ano com o saldo de R$ 3.995.038,66 (três milhões, novecentos e noventa e cinco mil, trinta e oito reais e sessenta e seis centavos). Além disso, outra fonte de recursos importantes, que liquidou R$ 6.758.844,43 (seis milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos), foi a Alienação de Bens, que pode advir de duas origens: primeira é quando o Município vende algum bem e o produto da venda é destinado ao Fundo e a segunda advém dos financiamentos habitacionais pagos pela população beneficiária da PMH nos termos das Resoluções deste Conselho. Ela ainda informou que em 2025, a arrecadação geral decorrente dos financiamentos habitacionais totalizou R$ 1.051.191,00 (um milhão, cinquenta e um mil, cento e noventa e um reais), acréscimo de 7% em relação a 2024, sendo que isso se deveu à implantação dos novos contratos com valores de prestações mais significativas e às ações de cobrança de débitos em atraso. Karla enfatizou o aporte municipal aproximadamente R$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais) ao MCMV - faixa 1 e a doação de terrenos avaliados em mais de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), tudo para viabilizar a execução do Programa Federal em Belo Horizonte. Ressaltou que foram liquidados efetivamente cerca de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) até o momento e que os valores aportados estão alocados em contas específicas de cada um dos empreendimentos e vão sendo liquidados à medida que as obras vão avançando e os pagamentos às construtoras vão sendo liberados aos poucos. Fazendo o comparativo entre os valores liquidados da fonte

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

ROT e da fonte VINCULADOS, ela informou que o total liquidado PBH/ROT em 2025 foi de R$ 85.410.651,30 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta centavos), enquanto o valor total liquidado da Fonte VINCULADOS no mesmo ano foi de R$ 30.516.850,71 (trinta milhões, quinhentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta reais e setenta e um centavo). Karla também apresentou dois quadros discriminando as despesas liquidadas por programa, considerando todas as ações relativas à Política Municipal de Habitação, o que inclui ações realizadas com recursos do FMHP, bem como da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI e da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SMPU. Neste sentido, dos R$ 122.708.619,00 (cento e vinte e dois milhões, setecentos e oito mil, seiscentos e dezenove reais) liquidados, referentes às ações da PMH, R$ 115.927.502,00 (cento e quinze milhões, novecentos e vinte e sete mil e quinhentos e dois reais) foram liquidados com recursos do FMHP, enquanto R$ 6.620.424,00 (seis milhões, seiscentos e vinte mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) foram realizados pela SMOBI e R$ 160.693,00 (cento e sessenta mil, seiscentos e noventa e três reais) foram realizados com recursos da SMPU. Ela também apresentou os Avanços de 2025, quais sejam: Consolidação do Programa Locação Social como alternativa para atendimento à demanda de provisão habitacional no Município e do Programa Morada Segura; Continuidade do trabalho social nas áreas de inundação com destaque para as ações na Vila do Índio/Universo e Biquinhas, com articulação com a Comunidade local e saída de famílias nas áreas críticas; Retomada das discussões do passivo do OPH e fortalecimento dos núcleos de moradia; Processo de seleção de famílias do Programa MCMV, com redução do número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Moradia; Viabilização de 572 unidades habitacionais através do Programa MCMV em terrenos públicos municipais com a assinatura de 3 contratos; 719 unidades habitacionais tiveram obras iniciadas em 2025, no âmbito da produção habitacional em parceria com a iniciativa privada (Enquadramento AEIS 1); Continuidade dos trabalhos de atualização do PLHIS; Utilização dos recursos da Outorga Onerosa nas ações do Fundo Municipal de Habitação; Conclusão de 162 obras, sendo: 5 obras do OP, 19 obras de urbanização diversas, 49 obras do Programa Estrutural em Área de Risco e Encostas, 74 obras de manutenção em vilas e favelas e 15 obras de manutenção de conjuntos habitacionais; Implantação do CREURB, no Aglomerado Santa Lúcia, promovendo a gestão de proximidade

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

com as comunidades locais; Assinatura do contrato de financiamento para obras de urbanização na Ocupação Rosa Leão e na Vila Cabana/Setor Boa Vista com recursos do Governo Federal através do Novo PAC; Seleção de novas captações de recursos junto ao Governo Federal / Programa Novo PAC 2025, a saber: Novo Lajedo (obras em parte do assentamento e construção de UH's) e Encosta do Campo do Najá; Implantação de jardins em áreas remanescentes de obras e de preservação ambiental, com plantio participativo de 954 mudas em áreas situadas em 6 regionais de Belo Horizonte; Obtenção de Licença de Operação para o Programa Vila Viva do Vila Cemig e Alto das Antenas e Autorizações de Intervenção em APP para contenção de encostas em 3 vilas; Obtenção de anuência da SMMA e do IEF para a Regularização Fundiária em APP nas Vilas Fátima e Marçola – Aglomerado da Serra; Foi criado o grupo técnico GTEC, focado na implementação do Plano Local de Ações Climáticas e na elaboração de diagnósticos e mapeamentos que orientarão a expansão da cobertura vegetal dentro da Política Municipal de Habitação. Apesar dos avanços e da implementação dos diversos programas e ações da Política Habitacional, alguns desafios ainda se apresentam: Ampliar o Programa de Assistência e Assessoria Técnica prevista na Resolução LII do CMH ampliando o atendimento da Política Habitacional tanto na provisão habitacional quanto na urbanização e regularização de assentamentos de interesse social; Ampliar a regularização fundiária de assentamentos de interesse social, por meio de contratos a serem firmados com empresas e parcerias com entidades da sociedade civil; Desenvolver um sistema próprio para gestão de procedimentos para REURB-S; Avançar com melhorias e reestruturação urbana dos assentamentos da Izidora e iniciar a execução dos empreendimentos captados pelo Novo PAC; Ampliar o atendimento do MCMV em terrenos públicos municipais; Buscar soluções técnicas sustentáveis e baseadas na natureza nos planos e projetos da Urbel, assim como ampliar o conhecimento técnico e a capacidade operacional para a implementação eficaz dessas novas tecnologias; Início do trabalho de Pré e Pós morar nos conjuntos do Programa MCMV; Conclusão da seleção de famílias para acesso ao Programa MCMV; Início da elaboração de Planos de Ação frente às orientações do Programa Periferia Viva. Em seguida Karla Marques apresentou um gráfico de barras mostrando o volume de recursos investido na PMH desde 1997 a 2025, considerando a origem municipal e a Fonte de Recursos Vinculados (com MCMV). Observou-se no referido gráfico o grande crescimento de aporte de recursos

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

municipais e federais entre 2007 e 2015 e destacou a retomada do crescimento destes investimentos em habitação no momento atual, novamente em função dos empreendimentos do MCMV. Também foi apresentado o quadro Geral dos contratos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS ao longo dos anos, até dezembro de 2025, destacando o repasse realizado do FNHIS de R$ 49.843.391,50 (quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos) de um total previsto de R$ 65.016.388,02 (sessenta e cinco milhões, dezesseis mil, trezentos e oitenta e oito reais e dois centavos). Ela então explanou sobre os resultados do Empreendimento Conjunto Taquaril, executado, com recursos do Orçamento Geral da União-OGU/FNHIS, bem como sobre o Conjunto São José II, que também contou com recursos do OGU/FNHIS. Disse que escopo do Empreendimento Vila São José II é composto de obras de infraestrutura, construção de 208 unidades habitacionais, trabalho social, desapropriações, regularização fundiária, Recuperação Ambiental (quadra 93), abrigamento/Bolsa Moradia e construção de equipamentos comunitários (Centro de Saúde e UMEI). Disse que estão concluídas as obras de infraestrutura e construção de 208 unidades habitacionais. O trabalho social encontra-se concluído para a etapa de obras. Houve a necessidade de contratação para o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial e está em andamento. Encontram-se em andamento as ações de regularização fundiária no São José. As obras de recuperação ambiental (da quadra 93) foram concluídas em 2022. Os recursos para implantação destas obras estavam inseridos no FMHP. Já o escopo do empreendimento Conjunto Taquaril com recursos do OGU/FNHIS é composto de obras de urbanização de vias e construção de 72 unidades habitacionais. Estão concluídas as obras das Ruas Mantiqueira, Teixeira dos Anjos, JK, Primeiro de Maio e Ruas 328 e 2053, Rua Camargos e Rua Filadélfia. Parcialmente concluídas as ruas: Floresta, Aeroporto, Arco Íris, São Jorge, Jardim Atlântico, Pai Tomás, Riacho e T15 –T16, com previsão de continuidade em 2026, com recursos da PBH. Não foram executadas as vias T01 Trecho 01, T 01 Trecho 02 e Beco A. Também fez parte do escopo projeto de 108 unidades habitacionais e das ruas 328 e 2053. Os projetos foram totalmente concluídos. As obras da Rua Califórnia e Acácias foram concluídas em 2022 (com recursos da PBH). As obras da Rua Tirol foram concluídas em 2024. A Rua Jardim América foi concluída em 2025. O Contrato OGU Taquaril encontra-se encerrado e o escopo não foi totalmente concluído. O Valor referente

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

ao escopo não realizado foi devolvido à OGU (especificamente na fonte de despesa relativa à captação de recursos vinculados) e as obras não executadas serão viabilizadas com recursos da PBH ou nova captação. As 72 unidades habitacionais foram concluídas em 2025 (com recursos da PBH). Finalizando, Karla apresentou um quadro resumo com o histórico de gastos do FMHP - 2021 a 2025 destacando mais uma vez os valores totais empenhados e seus respectivos percentuais observando as diferenças a mais dos percentuais empenhados dos recursos do ROT em comparação com os recursos VINCULADOS. Finalizada a apresentação, abriu-se para perguntas e considerações e a participante Monica Aguiar pediu a palavra e disse entender que houve um grande investimento na população em situação de rua, mas afirma que não se sabe o número dessa população. Perguntou sobre os critérios de atendimento à população em situação de rua e se há algum egresso do sistema prisional que cometeu feminicídio, ou homicídio contra família ou violência contra a mulher dentre esta população e que tenha sido atendido na política habitacional. Perguntou quantas câmaras técnicas há no CMH. Disse ser importante que haja um parecer formal das câmaras técnicas sobre os relatórios de gestão. Disse que a linguagem da apresentação é muito técnica e que parecer seria importante, segundo ela, para facilitar o entendimento. Disse que o valor dos terrenos municipais destinados ao MCMV deveria ser contabilizado na prestação de contas e que não entendeu bem sobre a quais períodos se refere a apresentação. Em resposta, Karla apresentou novamente o quadro com os valores do MCMV, destacando que os valores dos terrenos constam no mesmo, somando o total de R$ 41.780.303,43 (quarenta e um milhões, setecentos e oitenta mil, trezentos e três reais e quarenta e três centavos). Além disso, explicou que os slides referentes aos anos anteriores são apresentados porque o próprio CMH solicitou isso em momentos anteriores para ter uma base de comparação, mas que a prestação de contas se referiu ao ano de 2025. Sobre as questões da População de rua, a Diretora de Trabalho Técnico Social da Urbel, Ana Flávia Martins Machado, respondeu que o assunto já foi discutido no ano passado neste Conselho, tendo sido encaminhada a apresentação feita em 21/08/2025 e poderá voltar à discussão em breve, com as dúvidas sendo respondidas pela SMASDH, que é a Secretaria Responsável pela temática. Sobre as câmaras técnicas, o Secretário Executivo do CMH, Flaviano Araújo, respondeu que o CMH tem atualmente duas câmaras técnicas fixas: a Câmara Técnica de Legislação e a Câmara Técnica de Controle e Avaliação.

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

Destacou que não há impedimento em se criar novas câmaras para outros assuntos, mas observou que as Câmaras têm trabalhado muitas vezes em conjunto e os assuntos a elas submetidos acabam se enquadrando nos temas atinentes às duas existentes na grande maioria dos casos. Sobre o parecer das câmaras, o Secretário Executivo destacou que não tem sido exigido um parecer formal das câmaras, sendo trazidos ao plenário do Conselho, com destaque, apenas os pontos que não tenham sido unanimidade nas Câmaras, mas observou que isso também pode ser revisto, caso se entenda melhor para o andamento dos trabalhos. Ponderou que o assunto em pauta é complexo por essência e em seu entendimento foi colocado da maneira mais didática possível, sendo muito difícil que, neste caso específico, o assunto se tornasse mais simples em virtude de um parecer da Câmara Técnica, especialmente porque os membros das Câmaras são conselheiros não especializados na temática do orçamento público e sua prestação de contas. A conselheira Gladis Freitas Oliveira fez uso da palavra e disse que, em relação ao PL 574, não é contra a revitalização do centro, mas acredita que está sendo pensado para o mercado e não para habitação de interesse social. Perguntou se o referido PL passou pelo Conselho. Questionou qual a destinação do Abrigo Granja de Freitas, que já estaria sem famílias. Reforçou a preocupação sobre a população de rua e o que seria um projeto de higienização do centro com o PL 574. Em resposta, o Secretário Executivo informou que o PL 574 foi objeto de apresentação e discussão neste Conselho na reunião passada e foi decidido que as câmaras técnicas farão uma discussão mais aprofundada antes que o assunto retorne para eventual posicionamento do CMH sobre o tema. Destacou que não compete a este Conselho aprovar ou desaprovar o Projeto de Lei, mas é possível emitir seu posicionamento por meio de uma Moção, por exemplo. Sobre a população de rua, reforçou a resposta dada ao questionamento anterior sobre o mesmo tema e no que tange ao questionamento sobre o Abrigo Granja de Freitas, Ana Flávia Martins Machado se comprometeu a levantar a informação solicitada e informar a este Conselho assim que possível, pois não detinha tal informação no momento. O conselheiro Wallace Oliveira dos Santos fez uso da palavra e perguntou sobre a diferença nos números do MCMV apresentados no relatório (2.386 UH's contratadas) e os números anteriormente divulgados (2.813 UH's aprovadas). Pediu informações sobre a situação dos residenciais do Bairro Castelo em relação aos quais houve judicialização tentando barrar a obra. Sugeriu tornar o debate sobre o orçamento

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

(LOA) uma prioridade no Conselho e buscar formas deste Conselho ter participação o mais efetiva possível na priorização dos gastos do poder público dentro da PMH. Ressaltou a importância do fortalecimento da Urbel e seus trabalhadores como órgão gestor da PMH. Karla Marques respondeu que os dois conjuntos do MCMV localizados no Bairro Castelo estão com obra em andamento apesar da judicialização, pois a liminar de paralisação foi derrubada. Além disso, informou que a diferença numérica entre unidades contratadas do MCMV e os números anteriormente divulgados de unidades aprovadas pelo Ministério das Cidades se refere às UH's do Residencial Antônio Augusto e Erva Mate, que ainda não foram contratados junto à Caixa Econômica Federal e não se referem àqueles do Bairro Castelo. Sobre a maior participação do CMH na construção do orçamento, Karla informou que isso será incentivado com mais antecedência em relação à aprovação da proposta orçamentária, que deverá ser ocorrer até o final de julho. A participante Gislene Gonçalves falou sobre a importância do envio da apresentação e dos relatórios para os conselheiros e convidados. Falou sobre a importância de revitalizar os imóveis do centro para a habitação de interesse social. Flaviano Araújo respondeu que os relatórios foram enviados com antecedência aos conselheiros e convidados como sempre ocorre e serão encaminhados à participante caso ela não os tenha recebido. Finalizada a discussão, os relatórios de gestão foram colocados em votação e aprovados por unanimidade. Passando ao terceiro ponto de pauta, "assuntos gerais de interesse do Conselho", o participante Guilherme Evangelista da Silva pediu a palavra e perguntou se há algum posicionamento das Câmaras Técnicas sobre a discussão referente à abertura das inscrições do Minha Casa Minha Vida. O Secretário Executivo respondeu que o referido assunto será levado à deliberação deste Conselho, se possível, na reunião de junho, última desta gestão. Observou que, antes de ser submetido à votação, o assunto será discutido nas câmaras técnicas e que já havia três datas previstas para as Câmaras Técnicas se reunirem: 25/05, 27/05 e 02/06. A conselheira Gladis Freitas Oliveira reforçou a importância do movimento popular discutir o PL 574 e Mônica Aguiar perguntou quando será a posse da próxima gestão do Conselho. O Secretário Executivo respondeu que o mandato da atual gestão terminará em 10/06/2026 e que a posse da próxima gestão deverá ocorrer na primeira reunião após esta data. O conselheiro Wallace Oliveira dos Santos informou à conselheira Gladis e aos demais que a minuta do PL 574 não passou pela discussão no CMH, que só foi trazido a pedidos,

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

inclusive dele, depois de já ter passado em primeira instância na Câmara Municipal de Vereadores. Destacou que o PL ainda não virou lei e acredita que o mesmo deverá estar em discussão até o final deste ano. Além disso, ponderou que a posição do CMH pode ter um peso importante no processo de aprovação do PL, a exemplo do que ocorreu com o PL que mudava as regras da outorga onerosa. O participante Guilherme Evangelista da Silva perguntou se as reuniões das câmaras técnicas são abertas à participação e como ele poderia fazer para participar. Flaviano respondeu que as reuniões são abertas, mas não existe uma lista de convidados como a que existe para as plenárias do CMH. Informou que os convidados normalmente participavam a convite dos próprios membros, mas que o senhor Guilherme poderia procurar a Secretaria Executiva para se informar. Por fim, Ana Flávia fez uso da palavra e informou que o limite de renda do Programa Compra Compartilhada foi atualizado por decreto publicado na data desta reunião e agora se compatibiliza com o limite geral da PMH de 5 salários mínimos. Ressaltou que isso é uma grande conquista para a política habitacional e permitirá mais atendimentos pelo Programa, inclusive de algumas famílias reprovadas por renda no MCMV, mas que estão dentro do limite da PMH. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente José Adeilson Colares Pereira encerrou a reunião às 20h. Eu, Flaviano Luiz Milagres Araújo, Secretário Executivo do CMH, lavrei a presente ata, por mim assinada e arquivada na Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação após aprovada em plenário. Belo Horizonte, 14 de maio de 2026.

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

Portal da Assinatura - PBH
13 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasilia, BR
Certificado de assinaturas gerado em sexta-feira, 23 de outubro de 2026 às 11:13
Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

Ata CMH ordinária 14.05.2026.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em sexta-feira, 23 de outubro de 2026 às 11:13
Assinante: FLAVIANO LUIZ MILAGRES ARAUJO Matrícula: UR000806
Hash da assinatura: 9FBB11C51F97EF529DC5468BDA1D9D3DADEC1B05 Para validar utilize o QR Code ao lad